

Constituinte não resolve tudo

O relator Bierrembach teme a frustração popular

MARIA LIMA
Da Editoria Nacional

A esperança do povo brasileiro está sendo alimentada, hoje, em função da realização da Assembleia Nacional Constituinte, que tem se transformado na tábua de salvação mais próxima para a solução dos mais aflitivos problemas enfrentados pelo País. O relator da comissão mista que está apreciando a mensagem do Governo no Congresso Nacional, Flávio Bierrembach (PMDB-SP), não esconde sua preocupação com este aspecto.

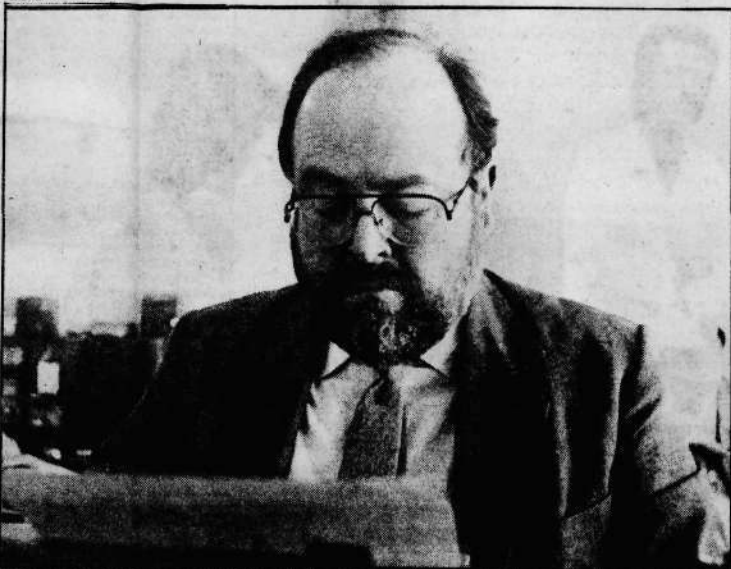
Ele alerta que se neste processo de análise e preparação para a realização da Constituinte não for aproveitado o caráter pedagógico de conscientização da população para os seus direitos, os resultados serão estéreis e a frustração será inevitável. Para os que tudo esperam da Nova Constituição, Bierrembach adianta que ela irá apenas delimitar o poder econômico e político do País. Os nossos maiores problemas — os sociais — estes continuarão a ser resolvidos através da legislação ordinária, já que isto não é função da Constituição.

GRANDE HIATO

O ideal seria que se formassem comissões constitucionais em cada um dos milhares de municípios brasileiros. Ao constatar a dificuldade de concretização deste seu raciocínio, Flávio Bierrembach promete abrir a comissão mista do Congresso para a sociedade civil. "Entre a proposta do Governo José Sarney e o desejo da população existe um grande hiato. Estes espaços vazios eu vou procurar reduzir ao mínimo possível, desde os trabalhos da comissão mista que irá analisar esta simples emenda, até o trabalho da Constituinte em si".

Para conter a força do lobby empresarial que será ativado para eleger representantes constituintes afinados com os interesses econômicos, Bierrembach afirma que os partidos políticos,

LUIS MARQUES



Bierrembach: questões sociais não serão resolvidas pela Constituinte

as universidades e a imprensa têm um papel importantíssimo.

— Se nestes 18 meses que nos separam da realização da Assembleia Nacional Constituinte, estas três entidades se desempenharem a contento no papel de conscientização popular, eu acredito que a participação do povo, se não estiver assegurada nos limites máximos desejáveis, pelo menos ficará nos limites mínimos aceitáveis.

As entidades de classe e os sindicatos também não poderão ficar de fora deste processo, já que as principais e mais prementes mudanças na legislação trabalhista estão entrançadas no atual texto constitucional. Independentemente dos partidos políticos, Flávio Bierrembach considera importante trazer para a comissão mista a discussão com o maior número possível e com as mais expressivas lideranças sindicais.

Este processo de conscientização do povo para a necessidade de se eleger representantes comprometidos com as causas populares na Constituinte também tem um motivo especial: conter os riscos de excesso de conserva-

dorismo na Assembleia Nacional Constituinte, alerta o relator.

para esse problema procurando evitá-lo, não creio que possa haver este excesso de conservadorismo. Caso contrário acho que as forças conservadoras irão se mobilizar durante a Constituinte, procurando eleger os seus representantes. O que até é justo e razoável, desde que o resto da sociedade também o faça.

MUDAR TUDO

O deputado Flávio Bierrembach prevê que muitas emendas serão apresentadas à comissão para serem analisadas e posteriormente anexadas à mensagem do Governo que convoca a Constituinte. Uma destas propostas deverá ser encaminhada pelo PMDB e prevê a criação de uma comissão que se encarregaria dos trabalhos legislativos ordinários durante a elaboração da nova Constituição pela Assembleia Nacional Constituinte.

Todas as emendas deverão ser discutidas pela comissão mista e aproveitadas ou não. A orienta-

ção e desejo do presidente José Sarney, autor da mensagem, é que o texto final da emenda seja mais resumido e menos complicado possível.

Para a Constituição em si, Flávio Bierrembach não possui propostas específicas dos pontos que deveriam ser modificados, mas explica:

— Tem que se mudar tudo na Constituição, do primeiro ao último capítulo. Não dá para relacionar alguns pontos que devem ser mudados. Temos um texto constitucional que não é o espelho da nossa realidade, foi criado por uma junta militar autocrática e deve ser totalmente reformulado.

As reivindicações da sociedade, hoje, com relação e estas modificações, flocos, compõem um leque muito diversificado. Vão desde melhor amparo legal para a ecologia, para as mulheres, velhos e crianças, até a reformulação da legislação trabalhista. De acordo com Bierrembach, todos estes pontos serão olhados com muita atenção pelos membros das comissões formadas para elaborar o esboço da futura constituição.

A condução formal da comissão mista do Congresso será do senador Helvídio Nunes (PDS-PI), mas a condução de conteúdo dos trabalhos será do relator Flávio Bierrembach, o cargo mais importante dentro da comissão. Para complementar estes trabalhos, Bierrembach acha imprescindível ouvir algumas pessoas. O primeiro nome lembrado foi o do jurista Gofredo da Silva Telles, "um brasileiro que sempre se destacou, ao longo de muitos anos, como o porta-bandeira das causas democráticas", diz.

Sobre a comissão mista do Executivo, presidida pelo jurista Afonso Arinos, Flávio Bierrembach afirma que ela pode fazer um trabalho "extramamente útil ou inteiramente inútil. Essa comissão pode apresentar um anteprojeto de constituição que poderá servir ou não como paradigma para a Assembleia Nacional Constituinte".



Carreiro condena a censura

Rio — Ao chamar atenção para o fato de que nas grandes épocas de um regime ditatorial ninguém tem coragem de trocar palavras com o outro, por não saber se este, no caso, faz parte de algum serviço secreto de informações, o desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Carlos Haroldo Porto Carreiro, afirmou ontem no encerramento da 4ª Conferência dos Advogados do Rio de Janeiro, no Hotel Copacabana Palace, que isto dá margem à autocensura e ao autocercoamento de defesa em cada um. "É necessário saber gritar ecolocar aquilo que pensamos para fora", destacou o magistrado.

Porto Carreiro participou do painel sobre "Liberdade de manifestação do pensamento e censura" do qual também, participaram o jornalista e dramaturgo Millor Fernandes e a atriz Fernanda Montenegro, e que reuniu uma platéia de quase mil pessoas. Esta audiência obrigou o advogado Tércio Lins e Silva a unir este painel com outro realizado ao mesmo tempo acerca da "Cultura da ordem constitucional", que reuniu o filólogo Antônio Houaiss, o vice-governador Darcy Ribeiro e o escritor Herbert Daniel. Houaiss, que recentemente tomou parte da comissão sobre censura juntamente com outros intelectuais, como o compositor Chico Buarque de Holanda, e a cineasta Ana Carolina, declarou que dentre as conclusões a que chegou essa comissão está a sua revogação diante de qualquer objeto de cultura, "já que este sempre implicará numa manifestação do pensamento do indivíduo". Na opinião do filólogo, o conceito de censura latente existe em todas as sociedades, daí a necessidade de discutir-se, somente o conceito de censura explícita. "Este é o caso das emissoras do rádio e TV, para as quais achamos a medida válida, desde que envolva situações de tóxicos, violência e sexomania", justificou.

Porto Carreiro, que em 69, mesmo sendo juiz de direito de uma vara cível foi preso e, mais tarde, cassado pelo AI-5, explicou que a liberdade de manifestação do pensamento costuma incomodar os donos do poder político, que se tornam por ele amedrontados. "A classe dominante tem medo de perder seus privilégios e faz da censura uma arma para impedir as idéias", disse.

Seabra defende a valorização do Legislativo

Rio — "Não existe democracia sem Poder Legislativo", disse o ex-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Eduardo Seabra Fagundes, no painel "Poder Legislativo e Democracia", dentro da 4ª conferência da OAB, encerrada ontem no Copacabana Palace.

Eduardo Fagundes manifestou seu temor de que as constantes críticas à atuação dos parlamentares, nas duas casas do Congresso, acabem por servir de pretexto para a intervenção de grupos que desejam que sejam extintos.

Segundo o ex-presidente da OAB, o voto de liderança, pelo qual os líderes dos partidos se manifestaram em nome dos liderados para sofrerem aprovação dos projetos levados à apreciação da Câmara e do Senado, devem ser mantidos. Para ele, o voto de liderança só é posto em prática quando as sessões em votação não são polêmicas.

O atual procurador-geral do Estado do Rio de Janeiro afirma ser contra a inclusão de dispositivos no texto constitucional que "visem a punir parlamentares por ausência ou falta de decoro".

"O parlamentar tem que ser fiscalizado é pelo eleitor e esses que apertaram os dois botões vão ser julgados no próximo pleito por aqueles que lhe outorgaram o mandato", concluiu Eduardo Seabra Fagundes no final desta conferência que, durante os três dias em que foi realizada, teve como meta debater assuntos relacionados à Assembleia Nacional Constituinte.

Justiça confia no êxito da Constituinte

Juiz de Fora — O Poder Judiciário tem grande confiança no êxito da Assembleia Nacional Constituinte e espera sua redenção econômica e administrativa com a nova Constituição, mas há uma tarefa que não pode esperar mais por ela: o reaparelhamento da Justiça, que está enfrentando dificuldades para funcionar. A afirmação foi feita ontem pelo presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Regulo Peixoto, que esteve em Juiz de Fora para receber o título de cidadão honorário, em solenidade que contou com a presença de dez desembargadores e mais de 30 juizes das comarcas minei-

ANC 88
Pasta 08/85
042/1985